

Projeto “Subindo a Ladeira” e a participação cidadã: uma discussão sobre história local e ensino de história na comunidade do Porto do Capim – João Pessoa-PB

Ah, o ídolo das origens... Mesmo após tantos anos e tantas críticas relativas ao que concerne à história, muitos ainda insistem em “cultuá-lo”, sejam os historiadores, seja a sociedade em geral. Existiria algum elemento mágico e mítico nas origens, nos inícios, nos começos? Seria algo tão grande que justificaria qualquer esforço? “(...) a explicação do mais próximo pelo mais distante dominou nossos estudos às vezes até a hipnose” (BLOCH, 2001:56).

Este artigo surge a partir de tais divagações acerca das origens tendo em vista uma situação peculiar que está ocorrendo na cidade de João Pessoa, capital do Estado da Paraíba. Trata-se de pensamentos e discursos que buscam embasar a necessidade de remoção das comunidades do Porto do Capim, Vila Nassau, Frei Vital e XV de Novembro do espaço onde as mesmas se encontram nos dias atuais – conhecido genericamente como Porto do Capim – devido a sua inserção em uma área de interesse histórico e patrimonial, localizada no Centro Histórico da capital paraibana. Mas quais seriam as verdadeiras razões que motivariam essas circunstâncias? De que forma o “ídolo das origens” estaria relacionado a tal situação?

No decorrer da história humana, os interesses do capital já se revestiram, inúmeras vezes, com a pecha de interesses “puramente históricos”: as ditas comunidades, situadas no espaço do Varadouro e inseridas, portanto, no chamado Centro Histórico de João Pessoa, localizam-se às margens do Rio Sanhauá, lugar por onde, no século XVI, adentraram os conquistadores ibéricos, fundando, após disputas com as populações autóctones¹, a cidade de Filipéia de Nossa Senhora das Neves em 1585.

(...) o acordo de paz entre portugueses e Tabajaras, em 1585, representou a primeira grande vitória das forças coloniais no território ao norte de Itamaracá. No entanto, aquela ainda não fora a batalha decisiva. Os Potiguara só reconheceriam a derrota militar quinze anos mais tarde, em 1599. Até lá, e mesmo após, mas com

¹ À época da conquista da Paraíba, as populações indígenas residentes no espaço onde esse processo se desenvolveu, num primeiro momento, com maior diapasão, ou seja, próximo ao litoral, era os Potiguaras e Tabajaras, sendo esses últimos aliados aos conquistadores ibéricos e tendo se estabelecido na faixa litorânea tardiamente em comparação aos primeiros. Ambos enfrentaram-se em disputas diversas anteriores à chegada dos primeiros europeus à capitania. Para maiores informações, recomendamos a leitura de GONÇALVES, Regina Célia. *Guerras e Açúcares: política e desenvolvimento na Capitania da Parayba – 1585-1630*. Bauru-SP: EDUSC, 2007.

menor impacto, o cotidiano da Capitania Real da Paraíba foi marcado pela violência e o estado de guerra permanente (GONÇALVES, 2007:86).

Há anos este espaço da cidade tornou-se alvo de projetos de requalificação e propostas de restaurações patrimoniais, a exemplo do que aconteceu durante a assinatura do convênio entre o governo paraibano e espanhol, em fins da década de 80 do século passado, o que culminou no restauro da Igreja de São Frei Pedro Gonçalves e casarios das cercanias, alguns deles situados próximos à Praça Antenor Navarro, importantes pontos de visitação turística da capital.

Com o interesse, a priori, de salvaguardar tal patrimônio e revitalizar o local onde “nasceu” não só a cidade de João Pessoa, mas o Estado da Paraíba, órgãos públicos e parcela do empresariado local, há alguns anos, tem “engrossado as fileiras” no que tange à reivindicação da mudança de local das famílias que formam as comunidades supracitadas, cujas habitações estão compreendidas nesse perímetro.

Dessa maneira, o tal “culto ao ídolo das origens”, portanto, serviria, dentro dessa perspectiva, como uma das justificativas para o que se chama de “revitalização” do Centro Histórico de João Pessoa, sabendo-se que existem interesses financeiros por trás de tais ações, sendo os mesmos embasados na especulação imobiliária da área onde estão localizados antigos casarios, vários deles ainda não restaurados, além de que o local em questão passe a servir, com maior destaque do que aquele obtido nos dias atuais, na condição de atrativo turístico, mas não no sentido de uma atividade calcada no turismo comunitário, mas sim num turismo que se aproxima e se organiza baseado em um caráter predatório e puramente lucrativo.

Partindo desse pressuposto, surgem questionamentos do tipo: como é possível “revitalizar” aquilo que já se encontra vivo, visto que existem diversas famílias residindo na localidade em questão? A obsessão pela preservação das “origens da história da cidade” explicaria, de forma plausível, a remoção dessas pessoas? A retirada dos moradores constituir-se-ia, ao final de tal processo, num ato de preservação ou de “artificialização” da história? A saída de uma comunidade inteira de um lugar o qual ocupa há mais de 50 anos,

sem questionamentos indicativos a respeito de para qual espaço da cidade seria removida, justifica a desintegração dos laços de pertencimento, sentimento e necessidades econômicas e sociais das pessoas que a compõem?

Diante do exposto, faz-se necessário procurar alternativas que visem solucionar as questões levantadas pela ingerência da remoção. A comunidade do Porto do Capim², portanto, precisa ser ouvida em suas reivindicações, exercendo um papel de protagonista nesta discussão, e não apenas de “joguete” do empresariado local e poder público, especialmente se este último não representar os seus interesses nem procurar abrir-se para o diálogo. Neste sentido, acreditamos que o conhecimento acerca da história local se constitui como uma ferramenta a ser utilizada com fins de embasar a comunidade, no todo ou em parte, para o enfrentamento dessa questão, visto que, de acordo com Neves (2001),

*(...) é nesse âmbito que se coloca a questão da existência ou da necessidade de construção de uma cultura histórica, cuja abordagem demanda, inicialmente, a elucidação de dois pontos. Apesar da clareza, aparentemente óbvia, quanto ao significado isolado dos dois termos utilizados: cultura e histórica, a concepção de **cultura histórica**, que norteia as reflexões sobre o tema em pauta entende-a como a identidade social de uma dada comunidade, (parte e expressão concreta de uma sociedade mais ampla) construída a partir do conhecimento histórico, considerado como algo que deve resultar em auto conhecimento da referida comunidade e dos indivíduos que a integram, fundamentada por uma visão crítica do processo histórico por meio do qual essa comunidade se constituiu e se situa na contemporaneidade (NEVES, 2001:36) [grifo da autora].*

Este trabalho tem como objetivo demonstrar o quanto o conhecimento a respeito da história local pode se constituir para embasar questões referentes à participação cidadã nas localidades do Porto do Capim, Vila Nassau, Frei Vital e XV de Novembro, especialmente no que diz respeito à possível remoção dos moradores de tais áreas.

Nessa perspectiva, procuramos dividir este trabalho em duas partes: abordar como esse processo está ocorrendo no Porto do Capim e nas comunidades que o formam, do ponto de vista de suas problemáticas atuais, a exemplo da possibilidade de remoção de seus

² Nesse trabalho denominamos genericamente de Porto do Capim – principal nome pelo qual é conhecida na cidade de João Pessoa a área estudada – o conjunto de habitações formada pelos moradores da Vila Nassau, Travessa Frei Vital, Praça XV de Novembro e Rua do Porto do Capim. Portanto, quando nos referirmos ao Porto do Capim, de modo geral, também estamos incluindo as outras três localidades supracitadas em nossa análise.

moradores e também do ponto de vista de projetos vinculados ao Programa de Aceleração do Crescimento – PAC – Cidades Históricas, que demandariam tal “revitalização”. Em segundo lugar, este trabalho visa analisar as ações direcionadas ao ensino de história local e de participação cidadã no Porto do Capim como possibilidades de enfrentamento mediante decisões de natureza política e social que as comunidades que o formam necessitam enfrentar.

É importante ressaltar que, permeando as duas partes do trabalho, serão apresentadas explicitações de natureza histórica acerca da região onde atualmente encontra-se o Porto do Capim de forma a embasar o leitor a respeito de informações referentes a esta área. Para tanto, procedeu-se a uma pesquisa bibliográfica referente à ocupação e usos do espaço do Porto do Capim no decorrer do tempo, além de dados referentes à conquista da Paraíba, processo que tem no ano de 1585 um marco importante e que está intrinsecamente relacionado à região em tela, visto ter sido através da mesma, ou seja, atravessando o curso do Rio Sanhauá, que os conquistadores ibéricos penetraram na então Capitania e estabeleceram as bases de sua ocupação. Nesse sentido, nos foram úteis os estudos de Araújo (2006) e Gonçalves (2007).

No concernente às questões teóricas referentes ao ensino de história local na perspectiva de entendimento acerca da cidadania, utilizamos as contribuições de Neves (2001), Zarth (2001), Silveira (2001), e, por fim, as discussões de Bittencourt (2008). Além das fontes bibliográficas, foram utilizadas como fontes os planos de aula, textos dos experimentos cênicos, projetos e todo tipo de material elaborado relacionado ao Projeto Subindo a Ladeira, vinculado ao Programa de Bolsas de Extensão -PROBEX-UFPB desde o ano de 2011. Trata-se de um projeto interdisciplinar de extensão dos cursos de Licenciatura Plena em História e Licenciatura em Teatro da Universidade Federal da Paraíba-UFPB, além de contar com o apoio e parceria da Fundação Casa de Cultura Companhia da Terra – FCCCT³.

³ A fundação Casa de Cultura Companhia da Terra localiza-se no Varadouro, nas proximidades do Porto do Capim – e tem como um dos seus objetivos, desenvolver projetos de arte-educação, cursos de formação patrimonial dentre outros visando a integração entre as comunidades, o espaço que ocupam e a produção artística

O referido projeto não se relaciona, exclusivamente, a um único componente curricular, posto que perpassa temáticas que podem ser trabalhadas por diferentes áreas do conhecimento que não apenas a história, a exemplo de educação ambiental, patrimônio, memória, cultura e vivência no espaço do Varadouro, bairro onde está localizado o Porto do Capim. Tal projeto tem como ferramenta metodológica principal o uso dos jogos teatrais, da música e das artes visuais voltados para contribuir com o ensino da história.

Neste sentido, as ações do projeto estão centradas principalmente no ensino de História da Paraíba e Educação Patrimonial destinadas às crianças do 3º e 5º ano do Ensino Fundamental da Escola Estadual Padre João Félix, localizada na referida comunidade. Assim, o projeto tem como objetivo principal realizar ações que valorizem a construção de uma perspectiva cidadã que se assenta no reconhecimento, pela criança, de sua condição de protagonista da história, no sentido de entender a cidadania como um conceito que se difere de uma

*(...) ótica economicista produtivista, [que o] atualiza travestido de novas roupagens, o velho sentido de adestramento de mão-de-obra e lhe adiciona o sedutor referencial de Cidadania, que não resiste à análise quando se percebe que lhe conferem uma nítida substância mercadológica. O cidadão, o rótulo que, já na Revolução Francesa, escamoteava as diferenças de classe, agora é o equivalente de **consumidor**, que também é uma escamoteação das desigualdades sociais. (SILVEIRA, 2001:61). [grifo da autora].*

A presença das comunidades do Porto do Capim, Vila Nassau, Frei Vital e XV de Novembro no perímetro em que atualmente se encontram data, segundo dados de Araújo (2006), do ano de 1950, aproximadamente. Na verdade, o processo de pauperização da área do antigo Porto do Capim iniciou-se um pouco antes do estabelecimento de tais comunidades no local, visto que

Ainda na década de 1920, durante o governo do paraibano Eptácio Pessoa como Presidente de República (1919-1922), é iniciada a construção de um moderno porto na área do antigo. Essa obra, apesar de reconhecer a importância histórica da área, já nascia comprometida por questões técnicas: a bacia do rio Sanhauá, por conta de séculos de assoreamento, já não possuía calado suficiente para os grandes navios cargueiros do século XX. A ideia é, por fim, abandonada pela alternativa de

do bairro do Varadouro. Para maiores informações, recomendamos o acesso ao site da entidade <<http://ciadaterra.com.br/fundacao/#!>>.

mudança do porto de João Pessoa para a cidade de Cabedelo. A partir de 1935, com a inauguração do novo porto e a efetivação do transporte ferroviário de João Pessoa para Cabedelo em 1889, o porto da cidade foi sendo gradualmente desativado, gerando, em virtude disto, a decadência da área. (Projeto de Revitalização do Antigo Porto do Capim, 2007:08).

Apesar do Porto do Capim fazer parte de um projeto de revitalização do Varadouro, proposto desde o ano de 1987⁴, as ações relativas a esta proposta restringiram-se ao restauro de alguns bens patrimoniais imóveis localizados acima da linha do trem – “limite” artificial entre o bairro do Varadouro e as comunidades ali existentes.

Em outras palavras, a “vida” propagada pelo projeto em questão não chegou a atingir o Porto do capim que, nos dias atuais, ainda passa por problemas de ordem estrutural e social, a exemplo da geração de emprego e renda, necessidade de saneamento básico e urgente instalação de um posto de saúde ou unidade de saúde no local, dada a distância entre as comunidades e a atual Unidade de Saúde da Família – USF que atende à população do lugar. Esta unidade localiza-se no bairro do Varadouro numa porção distante do local onde se encontra o Porto do Capim. Além de tudo isso, de acordo com Araújo (2006:144): “A condição de saúde [no local] é bastante precária, em consequência das condições insalubres e da deficiência alimentar”.

No que tange à possibilidade de remoção das comunidades, este se constituiu como uma espécie de “fantasma” que assola o local com maior ênfase desde a década de 1990, especialmente após a política de restauro de alguns bens do lugar, a exemplo do Hotel Globo, Igreja de São Frei Pedro Gonçalves e Praça Antenor Navarro.

Vários são os discursos – seja por parte de representantes do poder público seja por parte do empresariado local – que estimulariam o deslocamento da comunidade do espaço atualmente ocupado. Um dos escritos relativos a isso se encontra no *Projeto de Revitalização*

⁴ Trata-se do convênio Brasil/Espanha, estabelecido no referido ano, momento em que o Ministério da Cultura tinha seu cargo de maior importância ocupado pelo paraibano Celso Furtado. Para maiores informações, recomenda-se a leitura por completo do *Projeto de Revitalização do Antigo Porto do Capim*. Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa, 2007.

do Antigo Porto do Capim, documento proposto pela Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa e que data do ano de 2007. No entanto, é importante ressaltar que tal documento não evoca, de fato, uma REMOÇÃO, mas sim uma REALOCAÇÃO das comunidades, visto que propõe, para o Porto do Capim,

Revitalizar a sua função habitacional, com a dotação de condições dignas de habitabilidade e de desenvolvimento econômico e social das populações residentes, promovendo sua fixação e ocupação permanente dessa área, com a construção de 260 unidades unifamiliares, em área próxima, totalmente urbanizada. (Projeto de Revitalização do Antigo Porto do Capim, 2007:06).

Observa-se, portanto, que a diferença dos termos utilizados traz em si uma forte carga de significado. Enquanto remover a comunidade é sinônimo de retirada, de que se apartem os laços de pertencimento, sentimento e necessidades da mesma, a realocação, ou seja, mudança de um local para outro, ainda dentro do mesmo perímetro do espaço onde está inserida a comunidade, próximo de tudo que ela conhece e se relaciona, se reveste de alternativa para a questão. Esta última parece ser a solução mais humanizada – se é que podemos utilizar este termo – para a situação exposta, pois

Este processo deverá ainda promover o desenvolvimento social da Comunidade Porto do Capim, que passará a ocupar um novo núcleo habitacional, instalado nas áreas limítrofes com o antigo cais e com os armazéns portuários, com condições dignas de habitabilidade. Associado a isto, será sua população capacitada em atividades como a pesca tradicional, inserida no conjunto da pesca do rio Paraíba, artesanato, prestação de serviços diversos entre outras, de forma que seja inserida na nova dinâmica econômica da área, inclusive a turística, possibilitando a melhoria de suas condições de vida. (Projeto de Revitalização do Antigo Porto do Capim, 2007:12).

Não é forçoso lembrar que, em se tratando de processos de revitalização de áreas históricas no Brasil onde, nos locais a serem revitalizados, existia a presença de comunidades, a experiência de remoção não se mostrou tão bem sucedida para os moradores e para o próprio espaço que passaram pelo processo, bem como posteriores políticas de integração entre comunidade e áreas revitalizadas que não se desenvolveram de forma adequada e planejada, a exemplo do que ocorreu, conforme enfatiza Rocha (s.d) em relação ao Pelourinho, no Centro Histórico de Salvador. A respeito disso a autora elucida que

Os principais problemas diagnosticados devido à falta de compromisso e planejamento adequado durante a revitalização de Centros Históricos são os seguintes: a cultura que se torna importante por ser vista apenas como um bem de consumo; a descaracterização do lugar. Nesse caso podemos destacar como exemplo, as mudanças que ocorrem nos prédios e monumentos, que ganham uma nova cor, geralmente cores fortes e coloridas para atrair os visitantes, não priorizando a originalidade de antes; exclusão social; os Centros Históricos que muitas vezes, por terem se tornado atrativos turísticos passam a ser frequentados apenas por uma elite minoritária, encarecendo, conseqüentemente, os produtos e serviços; especulação imobiliária, e a gentrificação⁵, um termo relativamente novo e que tem sido bastante debatido nos últimos tempos, dentre outros. (ROCHA, s.d.;11).

Com a proposição, no ano de 2009, do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC - Cidades Históricas, em que se incluía a cidade de João Pessoa, as discussões acerca da remoção das famílias que formam as comunidades localizadas no Porto do Capim tem tomado contornos cada vez mais realistas. Prova disso é o atual projeto proposto pela Prefeitura Municipal de João Pessoa, popularmente conhecido como “Concretão”. O projeto demonstra que, após a intervenção, a área do atual Porto do Capim será substituída por um grande estacionamento e área destinada a shows e grande praça de eventos.

Diante dessa realidade, os membros da comunidade e parcela da sociedade pessoense em geral se angustiam em relação a um questionamento que o próprio poder público ainda não demonstra assertividade em responder: para onde efetivamente irão as pessoas se a comunidade for removida? Caso ela não seja, o que acontecerá com a mesma em termos de melhorias estruturais e sociais como um todo?

Nesse sentido, acreditamos que caiba aqui uma crítica em relação a um termo tão “alardeado” quando se trata de assuntos referentes às questões patrimoniais: a revitalização. Como é possível revitalizar uma área que já é dotada de vida, uma localidade onde as pessoas trabalham, estudam, se comunicam, enfim, vivem? Que “vida” é esta que querem impor ao Porto do Capim: uma “vida” esporádica, calcada num fluxo flutuante de pessoas nesse local

⁵ Pode-se entender o conceito de gentrificação como sendo, basicamente, um processo que se caracteriza por um enobrecimento do espaço urbano. Tal situação é gerada a partir de investimentos públicos e privados na renovação ou revitalização de áreas urbanas outrora degradadas. Para maiores informações sobre o conceito, recomendamos a leitura de BIDOUC-ZACHARIASEN, Catharine. *De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos*. Tradução de Helena Menna Barreto Silva. São Paulo: Annablume, 2006.

apenas durante as “altas estações” turísticas e durante grandes eventos? E no interregno desses momentos, para que serviria esse local? Dessa forma, percebe-se que, caso a “revitalização” venha a ser desenvolvida neste sentido, a mesma pode se configurar de forma negativa, pois

Diante do quadro de experiências relacionadas à revitalização nos Centros Históricos brasileiros, percebe-se que a política implantada ainda deixa a desejar. Os interesses individuais se sobressaem sobre os coletivos, o que implica em efeitos negativos de grande magnitude, nos aspectos econômico, social, cultural, ambiental e político. Contudo, sempre há uma perspectiva de melhoras, principalmente quando trata-se [sic] de exemplos, cujos resultados não foram tão satisfatórios pra sociedade. (ROCHA, s.d:03).

Assim, a história se configura como um campo de discussões e reflexões profícuas para que questionamentos desse tipo sejam debatidos e ganhem visibilidade: vale à pena volver os olhos para a importância dos bens patrimoniais sem se preocupar com seus usos e com as pessoas que por ventura residam próximos de onde os mesmo estão alocados? À custa da “defesa e preservação” do passado é necessário sacrificar o presente? Na tentativa de equacionar ou de, pelo menos, vislumbrar uma possibilidade de resposta, retomemos ao sempre atual Marc Bloch (2002) em reprodução de diálogo com Pirenne acerca de um passeio pela Estocolmo histórica no início do século passado.

*Se eu fosse antiquário, só teria olhos para as coisas velhas. Mas sou um historiador. É por isso que eu **amo a vida**. Essa faculdade de apreensão do que é vivo, eis justamente, com efeito, a qualidade mestra do historiador. (BLOCH, 2002:65) [grifo nosso].*

Desse modo, observamos que o conhecimento e a reflexão acerca da história do lugar perpassam a vida daqueles que ali residem e estabelecem relações das mais diversas ordens, constituindo-se assim como um ponto de ancoragem no que concerne a uma discussão que, no caso específico do Porto do Capim, se refere ao seu futuro: remoção ou realocação?

Nesse sentido, o estudo e o conhecimento acerca da história local se revestem de uma importância que vai muito além do diletantismo ou da simples necessidade de amearhar informações para aqueles que vivem na comunidade. A ele é conferido um papel primordial no que tange à configuração identitária, conforme elucida Bittencourt (2008). De onde eu vim? Que papel ocupo neste espaço? O que posso fazer para melhorá-lo? Esses são alguns dos questionamentos críticos que podem surgir das pessoas que ocupam um determinado local

quando as mesmas tomam conhecimento a respeito da história do lugar onde vivem, especialmente ao se tratar de um lugar que, por hora, se configura na condição de espaço de disputas, a exemplo do Porto do Capim. Assim sendo, a história da comunidade pode ser pensada nessa perspectiva crítica, e não sendo observada como um discurso histórico que, especialmente no âmbito escolar pode incorrer no erro de

(...) simplesmente reproduzir a história do poder local e das classes dominantes, caso se limite a fazer os alunos conhecerem o nome de personagens políticos de outras épocas, destacando a vida e a história de antigos prefeitos e demais autoridades. Para evitar tais riscos, é preciso identificar o enfoque e a abordagem de uma história local que crie vínculos com a memória familiar do trabalho, da migração, das festas... A questão da memória impõem-se por ser a base da identidade, e é pela memória que se chega a história local (BITTENCOURT, 2008:169) [grifo nosso].

E é principalmente calcada em dissonância a esta perspectiva da história local acima exposta que se pautam as atividades do Projeto Subindo a Ladeira. Um dos objetivos dessa iniciativa é o de explorar o potencial de transformação das pessoas através da arte e da cultura. Aprendendo a história da comunidade da qual faz parte, o cidadão do Porto do Capim pode, a partir do desenvolvimento de sua criticidade, perceber sua atual posição perante a comunidade e a sociedade como um todo, reconhecendo sua condição de protagonista da história, podendo, assim, ter meios que possam incitá-lo a desenvolver plenamente o seu papel de cidadão, participando diretamente das decisões que se referem à vida do lugar onde reside.

Em seu primeiro ano de existência – em 2011 – as principais temáticas abordadas pelo projeto estavam diretamente relacionadas à história, à ocupação e a transformação do espaço onde atualmente encontra-se a comunidade. Através da arte, da música, da contação de história e dos experimentos cênicos como metodologias aliadas ao ensino de história, os alunos do 3º e 5º anos da Escola Estadual Padre João Félix⁶, localizada na própria

⁶ Quando de sua proposição, o projeto, em um primeiro momento, intencionava desenvolver um trabalho com crianças do 6º e 7º anos do Ensino Fundamental II, trabalhando diretamente com o componente curricular de História e estabelecendo também uma interface com outros componentes curriculares. No entanto, após visita a comunidade em questão, pelo fato de que na mesma não existe unidade escolar que ofereça o Ensino Fundamental II, resolveu-se readequar o projeto aos anos do Ensino Fundamental I, sendo a séries escolhidas o 3º e 5º anos, com vistas a trabalhar com crianças já alfabetizadas. O fato do projeto não trabalhar com alunos do

comunidade, tomaram contato com temáticas da história da Paraíba e da história local, realizando, além do experimento cênico apresentado ao final do ano letivo, diversas atividades, a exemplo de visitas temáticas ao Hotel Globo, Estação Ferroviária e demais prédios históricos restaurados localizados nas proximidades do Porto do Capim, além da produção de textos descritivos, desenhos e demais atividades relacionadas à origem, ocupação e formas de uso do lugar onde vivem.

Já no ano de 2012, o projeto deu continuidade às suas atividades atrelando suas intervenções ao Programa Primeiros Saberes da Infância, desenvolvido pelo Governo do Estado da Paraíba através da Secretaria de Educação e Gerência Executiva de Educação Infantil e Ensino Fundamental. Com relação ao programa, o projeto adaptou-se no sentido de esboçar quais as competências e capacidades desenvolvidas pelos alunos em cada um dos momentos de intervenção do projeto em sala de aula, além dos conteúdos trabalhados, dias letivos necessários para o desenvolvimento de cada atividade dentre outros aspectos. Apesar dessa adequação, mantiveram-se a metodologia, componentes curriculares e conteúdos sugeridos relativos ao projeto.

Outros novos fatores referentes à continuidade do Projeto Subindo a Ladeira no ano de 2012 foi o fato de contar com um maior número de colaboradores – tanto alunos da Graduação de Licenciatura em História como também da Graduação em Teatro, ambos os cursos oferecidos pela Universidade Federal da Paraíba. Além disso, em vez de trabalharem com a turma do 5º ano, em 2012 foi possível, devido à quantidade de estudantes matriculados, ser oferecida uma turma de 4º ano na escola Padre João Félix, sendo as atividades desenvolvidas entre esses estudantes e os alunos do 3º ano.

É importante ressaltar que, com o aumento numérico da equipe de trabalho no ano de 2012, também foi possível desenvolver atividades diferentes envolvendo as mesmas temáticas, sendo tais elas trabalhadas em paralelo com cada uma das turmas, ao contrário do

4º ano deve-se a não existência dessa turma na escola Escola Estadual Padre João Félix em nenhum dos seus dois turnos de trabalho – matutino e vespertino.

que acontecia no ano de 2011, quando, devido ao fato de se ter um menor número de colaboradores, trabalhava-se em conjunto numa mesma sala com as crianças do 3º e 5º anos.

Procedendo a um comparativo entre os experimentos cênicos do Projeto Subindo a Ladeira, ambos apresentados ao final do ano de 2011 e de 2012, respectivamente, o primeiro enfatizou a questão da ocupação do espaço do Porto do Capim desde o seu início, mesmo antes da presença ibérica na região, elucidando de forma lúdica aspectos das culturas potiguara e de outros povos indígenas que se estabeleceram no local. O assunto foi trabalhado através da história dos meninos Tabira – personagem representativa do povo potiguara e Canindé, personagem representativa de outro povo indígena, os Tarairiús.

Além disso, a chegada dos europeus ao local foi representada através do trabalho com fantoches e contação de história. A ocupação do espaço a partir do século XIX e a instalação da estação ferroviária no local juntamente com a implantação do porto de águas fluviais e outros aspectos históricos que perpassam a passagem do século XIX para o século XX também foram representados no texto do corrente ano. Por fim, o experimento cênico abrangeu questões culturais relativas à própria comunidade, tais como as lendas da Cumadre Fulozinha e Pai do Mangue. A possibilidade de remoção da comunidade apareceu ao final no texto, em forma de indagação reflexiva.

A presença de dois narradores – dois colaboradores do projeto que, no experimento cênico, faziam o papel de narradores – tiveram uma importância muito grande no experimento de 2011, especialmente quando se tratava de repassar para a platéia informações de cunho histórico acerca da ocupação do lugar. Em um comparativo com o experimento cênico de 2012, percebe-se que foi dada uma menor importância aos narradores, centrando-se as falas e os diálogos do texto nas expressões das personagens da própria comunidade, interpretadas pelas crianças.

Enquanto no primeiro experimento cênico a ênfase do texto voltava-se para a história colonial e a ocupação do espaço até a passagem do século XIX para o início do XX, no

experimento de 2012 percebeu-se uma maior ênfase nas questões e problemáticas que a comunidade vem enfrentando atualmente, a exemplo da poluição do Rio Sanhauá e da necessidade de valorização do trabalho da pesca artesanal, desempenhado por vários moradores residentes no Porto do Capim. Foram ressaltadas também, mais uma vez, as lendas que formam o cabedal cultural da própria comunidade, que são as do Pai do Mangue e da Cumadre Fulozinha.

Assim, o Projeto Subindo a Ladeira trabalha as questões referentes à história da comunidade de Porto do Capim com o objetivo de desenvolver ações direcionadas ao ensino de história local e de participação cidadã, especialmente num contexto em que o conhecimento acerca da própria história se torna fundamental à comunidade em um momento em que a sua formação identitária encontra-se passando por questionamentos provenientes de agentes externos que apresentam total interesse na remoção da mesma, interesses que perpassam questões relativas à especulação imobiliária e ao lucro referente à instalação de equipamentos turísticos alheios ao uso e participação das pessoas que vivem no referido lugar.

Neste sentido, na condição de historiadores vinculados a esta iniciativa, que possamos identificar nas pessoas que compõem Porto do Capim, sejam eles jovens, crianças, adultos ou idosos, o papel de protagonistas desse processo, sem nos esquecermos de sua importância como sujeitos históricos no sentido primordial do termo: aqueles que fazem a sua história e que não são, meramente, seus espectadores passivos. Que nós possamos pensar e nos indagar acerca de tal processo na mesma perspectiva em que Carlos Drummond de Andrade questiona o seu fazer poético no poema “De mãos dadas”.

O presente é tão grande, não nos afastemos.

Não nos afastemos muito, vamos de mãos dadas.

*(...)O tempo é a minha matéria, o tempo presente, os homens presentes,
a vida presente. (ANDRADE,2010:138).*

Que história queremos fazer afinal? Seremos “mais um” dos que compõem “os adoradores” do “culto das origens” ou estaremos atentos à lição de Bloch (2001) ao enfatizar a matéria viva da história, ao defini-la como “ciência dos homens no tempo”? Em que as

pesquisas e os conhecimentos acerca do estudo da história local contribuem para isso? Eis alguns dos questionamentos que visam nos direcionar para outras produções e, porque não dizer, intercambiar novas formas do fazer historiográfico visto não ser o historiador, de acordo com Zarth (2001), o único autorizado a escrevê-la, devendo, antes de tudo, propiciar o desenvolvimento de uma visão crítica sobre a história, especialmente no que concerne às disputas pelo domínio da história local.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Carlos Drummond de. *Antologia Poética organizada pelo autor*. 1.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p.138.

ARAÚJO, Vera Lúcia. *As transformações na paisagem do Porto do Capim: leituras de uma paisagem urbana*. 2006. 168 p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Centro de Ciências Exatas e da Natureza, Universidade Federal da Paraíba.

BIDOU-ZACHARIASEN, Catharine. *De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos*. Tradução de Helena Menna Barreto Silva. São Paulo: Annablume, 2006.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2008. p.165-175.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou O Ofício de Historiador*. Tradução: André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.p.41-82.

GONÇALVES, Regina Célia. *Guerras e Açúcares: política e desenvolvimento na Capitania da Parayba – 1585-1630*. Bauru-SP: EDUSC, 2007.

NEVES, Joana. Participação da Comunidade, Ensino de História e Cultura Histórica. *Saeculum*, João Pessoa, UFPB, n. 6/7, 2001, p. 35-47.

Projeto de Revitalização do Antigo Porto do Capim. Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa, 2007.

ROCHA, Fernanda Daniela Chaves. Revitalização de áreas históricas: perspectivas, práticas e resultados. <http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/palestras/Políticas_Culturais/II_Seminario_Internacional/FCRB_FernandaRocha_Revitalizacao_de_areas_historicas.pdf/>. Acesso em: 01 mar. 2013.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. Relação entre Conteúdo e Metodologia do Ensino de História: uma clássica questão em um novo tempo. *Saeculum*, João Pessoa, UFPB, n. 6/7, 2001, p. 59-70.

ZARTH, Paulo Afonso. Ensino de História, Participação da Comunidade e Cultura Histórica. *Saeculum*, João Pessoa, UFPB, n. 6/7, 2001, p. 49-58.